

II.11.7 PROJETO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

II.11.7.1 APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Comunicação Social (PCS) refere-se à atividade de perfuração marítima a ser realizada nos Blocos CE-M-717 e CE-M-665, na Bacia do Ceará sob concessão da Premier Oil do Brasil Petróleo e Gás Ltda., doravante chamada Premier. O projeto foi desenvolvido de acordo com as orientações do Termo de Referência CGPEG/ DILIC/ IBAMA nº 10/14.

A execução de um PCS neste contexto justifica-se pela necessidade de informar e esclarecer as comunidades identificadas como Área de Influência sobre os principais aspectos da atividade em licenciamento. Para tanto, entende-se que seja estabelecido um relacionamento regular com grupos, atores e sujeitos sociais que iniciarão, em sua maioria, suas relações com o setor de petróleo e gás natural, devido à recente estabelecimento dessa indústria na região. Torna-se, assim, responsabilidade da empresa desenvolver um processo de comunicação que atenda às diretrizes do licenciamento e à realidade local.

II.11.7.2 OBJETIVOS

Objetivo geral

Esclarecer as comunidades identificadas como público-alvo sobre aspectos da atividade de perfuração marítima a ser licenciada para a Premier nos Blocos CE-M-717 e CE-M-665, na Bacia do Ceará.

Objetivos específicos

1. Estabelecer uma via de interlocução regular com os grupos, atores e sujeitos sociais, por meio da qual as partes interessadas possam ser informadas e incentivadas a manifestar suas dúvidas e posicionamentos;
2. Promover o aprendizado e a construção de entendimentos comuns sobre as atividades da empresa na região;
3. Informar especificamente os seguintes aspectos do empreendimento: (i) nome da empresa que irá realizar a atividade; (ii) nome da sonda e das embarcações de apoio e suas respectivas funções; (iii) os equipamentos visíveis na superfície do mar; (iv) as características da operação; riscos da interação com a atividade (v) área e período em que será realizada a atividade; (vi) medidas a serem adotadas pela Premier para mitigação e controle dos perigos e impactos efetivos e potenciais da atividade, relacionando-os aos Projetos Ambientais exigidos pelo IBAMA no processo de licenciamento; e (vii) previsão de indenização por danos causados a petrechos de pesca;
4. Informar as comunidades afetadas sobre as áreas das bases de apoio terrestre e aérea;
5. Monitorar a Zona de Segurança do empreendimento.

II.11.7.3 METAS E INDICADORES

De modo a garantir o alcance dos objetivos propostos, foram estabelecidas metas e indicadores para avaliar a execução do PCS. As metas referem-se aos resultados que se desejam obter com a execução do projeto,

enquanto os indicadores quantificam a execução das metas e mostram os resultados alcançados. As metas e indicadores do PCS são apresentados na **Tabela II.11.7.3.1**.

TABELA II.11.7.3.1 – Objetivos específicos, Metas e Indicadores

| OBJETIVO ESPECÍFICO | META | INDICADOR |
|---------------------|--|---|
| 1; 2; 3; 4; 5 | Informar sobre o empreendimento antes, durante e depois da atividade de perfuração para 100% das partes interessadas (público-alvo), atingindo pelo menos 90% do público-alvo. | <ul style="list-style-type: none"> › Índice de recebimento pelo público-alvo dos boletins informativos impressos ao longo da operação. Este índice é formado pela relação entre o número de entidades do público-alvo que receberam os instrumentos de divulgação <i>versus</i> número total de entidades do público-alvo. › Índice de avaliações positivas realizadas nas reuniões institucionais sobre o conteúdo dos boletins informativos. Este índice é formado pela avaliação final sistematizada referente à avaliação positiva destes boletins <i>versus</i> o total de avaliações. |
| 1; 2; 3 | Divulgar o início e o término da atividade em rádios e em jornais de circulação da Área de Influência. | › Índice de divulgação de anúncios veiculados e período de veiculação na Área de Influência, realizados por meio do Aviso aos Navegantes, de radiodifusão.. |
| 1; 2 | Registrar e retornar 100% dos contatos diretos realizados através da linha telefônica e endereço eletrônico disponível. | › Índice de contatos diretos realizados e retornados, com mapeamento de clareza de entendimentos (detalhamento sobre a questão feita, seu encaminhamento e nível de satisfação da resposta) Este índice é composto pelo total de contatos realizados retornados <i>versus</i> o total de contatos recebidos. |
| 1; 2 | Registrar 100% dos questionamentos, preocupações e percepções sobre o empreendimento e sobre o licenciamento de modo geral. | › Índice de registros de esclarecimentos efetuados, com evidências como: depoimentos, documentos redigidos, como atas de reuniões e cartas de resposta. Este índice é formado pelo número de esclarecimentos efetuados <i>versus</i> o de esclarecimentos solicitados. |
| 5 | Monitorar a Zona de Segurança do empreendimento, registrando em planilha e fotografia 100% das embarcações que possibilitarem alcance de visão que adentrarem a Zona de Segurança. | <ul style="list-style-type: none"> › Número de abordagens a embarcações de pesca. › Comparação das localidades dos Portos de Registro das embarcações abordadas durante a atividade com as localidades da Área de Influência. › Porcentagem de dias nos quais a Zona de Segurança foi monitorada em relação ao número de dias de operação da atividade. |
| 5 | Informar à CGPEG 100% dos casos de ocorrência de acidentes e incidentes com barcos e petrechos de pesca. | › Número de incidentes ocorridos com barcos ou equipamentos de pesca e descrição das medidas tomadas em cada caso. |

II.11.7.4 PÚBLICO-ALVO

O público-alvo deste PCS é composto por dois segmentos sociais:

- Usuários do espaço marítimo, subdivididos em organizações de classe. Neste segmento, são consideradas colônias, sindicatos e associações de pescadores, assim como as comunidades pesqueiras que possam sofrer impactos pela atividade de perfuração marítima nos Blocos CE-M-717 e CE-M-665, na Bacia do Ceará;

- Setor público, subdividido na esfera federal, estadual e municipal. Neste segmento, são consideradas as instituições representativas com interface no meio ambiente, licenciamento ambiental e atividade da pesca, uma vez que possuem relação, direta ou indireta, com a atividade de perfuração.

Especialmente com relação ao primeiro segmento (instituições de classe e comunidades pesqueiras), a sua composição foi identificada em levantamentos de dados primários e secundários, cujos resultados foram apresentados no EAP (itens de Meio Socioeconômico).

Assim, considerando o critério de interferência da atividade com a pesca artesanal, foram identificadas comunidades que possuem frotas com relevante mobilidade, ou seja, e atuação nas áreas previstas para as rotas das embarcações de apoio e os Blocos objeto deste licenciamento. Estes municípios e comunidades são apresentados no capítulo de Área de Influência.

O **Anexo A** apresenta a lista de instituições da área de influência da atividade que se enquadram como público – alvo deste PCS.

II.11.7.5 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para as ações a serem executadas neste projeto fundamenta-se em princípios de transparência e de compromisso com o processo de comunicação regular.

A proposta metodológica busca o envolvimento de grupos de interesse, bem como demais atores sociais que atuam na atividade de pesca, incluindo, além de pescadores e organizações (formais e informais). Diante deste envolvimento, busca-se estabelecer uma agenda para entendimentos comuns acerca do empreendimento e do licenciamento ambiental.

As ações previstas neste PCS abrangem todo o período de atividade de perfuração marítima no Bloco CE-M-717 e no Bloco CE-M-665, a saber: a mobilização da unidade de perfuração, a perfuração propriamente dita e a avaliação dos resultados do empreendimento. Dessa forma, o projeto será desenvolvido em três etapas: Etapa 1 – antes da atividade; Etapa 2 – durante a atividade e Etapa 3 – ao final da atividade.

O processo de comunicação será realizado por meio de transmissão de informações de maneira clara e objetiva, considerando três *instrumentos de divulgação*: boletins informativos impressos, contato direto e radiodifusão.

Em todas as ações de comunicação, é inerente considerar algumas premissas que, percebidas de modo integrado e interdependente, auxiliaram no planejamento deste projeto. :

- **O indivíduo é um ser social**, estabelecendo relações sociais entre seus semelhantes. A comunicação, sendo uma das maneiras de se relacionar e orientada pela semiótica, deve ser compreendida como a materialização do pensamento / sentimento em signos conhecidos pelas partes envolvidas. Por esses motivos, os grupos e atores sociais envolvidos devem ser compreendidos em suas características,

dinâmicas e realidades sociais, pois é esse entendimento que permite a melhor adequação das relações de comunicação.

- **A comunicação possui barreiras que requerem compreensão e diluição.** De modo geral, são três os tipos de barreiras:
 - Humanas (limitações pessoais, hábitos de ouvir, emoções, preocupações, sentimentos pessoais, motivações e interesses, opiniões e atitude);
 - Físicas (espaço físico, distância, interferência física, falhas mecânicas, ruídos ambientais, ocorrências locais);
 - Semânticas (interpretação das palavras, tradução da linguagem, significado de sinais e símbolos, decodificação de gestos e sentido das lembranças e experiências).

- **A objetividade na comunicação não será alcançada em sua plenitude,** devido a dificuldades que o receptor possui em apreender a informação na integralidade (a isso, dá-se o nome de Objetividade Impossível). Parte desse entendimento deriva da existência das barreiras mencionadas e do fato de que uma fração de interlocutores envolvidos não é observadora experimentada (FILHO, 2003). Isso significa que, neste caso, não possui qualquer experiência no que se refere ao licenciamento ambiental ou à relação com a indústria de petróleo. O resultado pode ser: “uma disjunção entre falar e ver, entre o visível e o enunciável. O que vemos não se subsume jamais naquilo que dizemos e, inversamente” (FOUCAULT, 1973).

Etapas metodológicas

Considerando o período estimado para as operações de perfuração exploratória nos Blocos, de 5 meses, é prevista a execução de três etapas, que refletem os instrumentos de divulgação das informações ao público-alvo, e estão sintetizadas na **Tabela II.11.7.5.1** e apresentadas no decorrer deste documento.

TABELA II.11.7.5.1 – Etapas do PCS voltadas para o público-alvo

| Etapas / Atividades | Etapa 1 – Antes do início da perfuração | Etapa 2 – Durante a perfuração | Etapa 3 – Ao término da perfuração |
|---------------------------------|--|---------------------------------------|---|
| Contato direto | Sim | Sim | Sim |
| Boletins informativos impressos | Sim | Sim | Sim |
| Rádiodifusão | Sim | Sim | Sim |

- **Contato direto**

A etapa regular de contato direto envolve abordagem de relacionamento mais próximo das comunidades pesqueiras, buscando manter um canal de interlocução que incentive o diálogo.

O contato direto deve ocorrer por meio de (i) disponibilização de linhas telefônicas nos estados que a empresa irá atuar, considerando sua Área de Influência, para atender as reclamações e consultas das partes interessadas. As linhas fora desses estados deverão ser habilitadas para receberem chamadas a cobrar. As

informações necessárias para que sejam feitos os contatos estarão apresentadas nos materiais informativos; (ii) rádio ou abordagem direta das embarcações pesqueiras que estejam navegando ou pescando próximo à atividade, por parte das embarcações assistentes e/ ou de apoio.

Durante esse contato, serão repassadas informações sobre os cuidados para a navegação na área prevista para a realização da atividade e o período de tempo no qual a atividade pesqueira. Esse processo de comunicação, portanto, está relacionado diretamente ao monitoramento da atividade pesqueira e serão alocados profissionais brasileiros e com conhecimento sobre pesca nas embarcações dedicadas de apoio a emergências. Estes profissionais serão capacitados a esclarecer, de forma adequada, sobre os impedimentos à atividade pesqueira, além de preencher a Planilha de Controle de Abordagem das Embarcações Pesqueiras.

- **Boletim informativo impresso**

O boletim informativo impresso (modelo no **Anexo B**) será entregue pelos Correios (principalmente, mas não apenas, aos representantes do setor público definidos como público-alvo) e nos pontos de concentração de pescadores da Área de Influência portos de desembarque pesqueiro (principalmente aos usuários do espaço marítimo apresentados como público-alvo). A entrega deverá ser feita em três momentos: antes do início da perfuração, durante e ao final da perfuração. A tiragem mínima para a primeira entrega é de mil exemplares (considerando os nove municípios da Área de Influência e suas diversas comunidades pesqueiras, e os grupos de interesse que atuam no espaço geográfico definido pela Área de Influência da atividade e outros segmentos da sociedade interessados – público-alvo).

Para esclarecer as comunidades identificadas como público-alvo sobre aspectos da atividade de perfuração marítima nos Blocos CE-M-717 e CE-M-665 serão apresentados os seguintes conteúdos: (i) apresentação da empresa; (ii) apresentação dos objetivos do PCS; (iii) localização dos Blocos; (iv) cronograma e descrição das atividades exploratórias; (v) plataformas, (vi) embarcações e bases de apoio envolvidas e utilizadas; (vii) aspectos ambientais da Área de Influência; (viii) impactos ambientais efetivos e potenciais da atividade; (ix) medidas mitigadoras e compensatórias aplicáveis a estes impactos; (x) legislação ambiental aplicável ao empreendimento; (xi) e canal de comunicação.

- **Rádiodifusão**

Serão elaborados *spots* para divulgação em rádios comerciais locais e/ou rádios costeiras com comunicados sobre o início das atividades, período de execução e restrições a outras atividades, principalmente às embarcações pesqueiras que estejam navegando ou pescando próximo à atividade. Ao longo da execução da perfuração, serão desenvolvidos *spots* para divulgar informações sobre as atividades, seus períodos de execução, restrições a outras atividades, divulgação de local, data e hora das reuniões, além de outras informações relevantes à segurança e proteção ambiental. As informações serão divulgadas em horários de maior audiência pelos atores diretamente afetados pela atividade. O conteúdo dos comunicados de início da atividade é apresentado no **Anexo C**.

II.11.7.6 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A eficiência do PCS será avaliada nos relatórios de implementação do projeto e terá como base a comparação dos resultados obtidos com os indicadores de implantação das metas. Seu conteúdo mínimo apresentará:

- Descrição dos resultados alcançados a partir do cruzamento dos indicadores e da verificação das metas do projeto;
- Relação de barcos observados durante a operação e uma análise quantitativa e qualitativa dos dados por meio da *Planilha de Controle de Abordagem das Embarcações Pesqueiras*;
- Comprovante de envio dos materiais informativos com Aviso de Recebimento; ;
- Registros de contatos telefônicos em ordem sequencial, considerandoas seguintes informações: data e horário da ligação, responsável pelo atendimento, nome da pessoa que fez a ligação, local de origem da ligação, público-alvo ao qual pertence, objetivo da ligação (reclamações, sugestões, dúvidas, entre outros) e os encaminhamentos decorrentes da ligação;
- Conteúdo dos spots veiculados gravado em mídia digital; comprovante de veiculação.

II.11.7.7 RESULTADOS ESPERADOS

Resultados esperados da comunicação não devem ser pensados como algo imutável ou absolutamente concreto. Comunicação envolve relacionamento e relações humanas, o que remete a subjetividade e perspectivas muito mais qualitativas do que quantitativas. Dessa maneira, o cenário de resultados esperados é:

- Processo de aprendizado fortalecido;
- Base de relacionamento entre empresa e público-alvo construído com pilares norteados em respeito e diálogo para possíveis novas etapas de atuação da Premier na Bacia do Ceará.;

II.11.7.8 INTER-RELAÇÃO COM OUTROS PROJETOS

Este PCS inter-relaciona-se com os demais projetos ambientais desenvolvidos para as atividades da Premier na Bacia do Ceará, na medida em que disponibilizará informações não somente sobre a perfuração propriamente, mas também sobre os outros projetos ambientais propostos.

II.11.7.9 ATENDIMENTO A REQUISITOS LEGAIS E OUTROS

O PCS responde ao princípio constitucional da garantia ao direito do cidadão de acesso a informações de atividades que, potencialmente, podem implicar em danos ambientais, atendendo ao Termo de Referência nº 10/14, elaborado para o licenciamento ambiental da atividade de perfuração marítima nos Blocos CE-M-717 e CE-M-665, na Bacia do Ceará.

II.11.7.10 CRONOGRAMA FÍSICO

A **Tabela II.11.7.10.1** apresenta o cronograma físico do PCS para o primeiro semestre de implementação do empreendimento.

TABELA II.11.7.10.1 – Cronograma físico

| ATIVIDADE | 2 MESES ANTES | | 1 MÊS ANTES | | DURANTE | AO FIM |
|--|---------------|---|-------------|---|---------|--------|
| Aprovação do PCS | ■ | ■ | | | | |
| Criação de canais de comunicação entre a Premier e a população | | | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Visitas para contato direto | | | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Elaboração de boletim informativo impresso | ■ | ■ | | | | |
| Envio e entrega de boletins impressos | | | | | ■ | ■ |
| Elaboração de spot de rádio | | | | ■ | ■ | |
| Veiculação de spot de rádio | | | | | ■ | ■ |
| Monitoramento da Zona de Segurança | | | | | ■ | ■ |
| Acompanhamento e organização das evidências de execução do PCS | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Relatório de Acompanhamento e Apresentação dos Resultados do PCS | | | | | | ■ |

II.11.7.11 RESPONSÁVEL INSTITUCIONAL

A Premier é a empresa responsável pela implementação deste Projeto de Comunicação Social. A **Tabela II.11.7.11.1** apresenta as informações da empresa e a **Tabela II.11.7.11.2**, o responsável técnico pela implementação do projeto.

TABELA II.11.7.11.1 – Responsável institucional do PCS

| RAZÃO SOCIAL | ENDEREÇO | TELEFONE |
|--|--|--|
| Premier Oil do Brasil Petróleo e Gás Ltda. | Praia de Botafogo 501, 2º andar, Torre Corcovado, Centro Empresarial Mourisco - CEP: 22250-040 | +55 (21) 2546 9900 +55 (21) 2546 6002 |

TABELA II.11.7.11.2 – Responsável técnico institucional

| NOME | FUNÇÃO | FORMAÇÃO | REGISTRO PROFISSIONAL | CADASTRO IBAMA |
|-------------------|---------------------|----------|-----------------------|----------------|
| Sonia Brotas Lima | Coordenadora de SMS | Bióloga | 0312402D CRB-RJ | 199675 |

II.11.7.12 RESPONSÁVEL TÉCNICO

Pela elaboração do PCS, a responsabilidade técnica é dos profissionais relacionados na Tabela II.11.7.12.1 A cópia dos registros no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental do IBAMA também é apresentada no item II.13 – Equipe Técnica.

TABELA II.11.7.12.1 – Responsáveis técnicos

| Nome | Formação | Cadastro IBAMA | Conselho de classe | Assinatura |
|-----------------|--------------------|----------------|--------------------|------------|
| Tatiane Moraes | Ecóloga, MSc. | 1583356 | Não aplicável | |
| Priscila Cordts | Comunicação Social | 3.989.759 | Não aplicável | |

II.11.7.13 BIBLIOGRAFIA

FILHO, C. B. Ética na comunicação. São Paulo: Summus, 2003.

FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 1971.